





# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

0061

Considerando que a Lei Municipal nº 505/2000, não previu a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório prévio para fins outorga das concessões para exploração do serviço público de transporte de passageiros em veículo de aluguel - TAXI, no âmbito do município de Dona Euzébia;

Considerando que a não adequação da gravíssima situação acima configurada, poderia ensejar o encaminhamento da questão à Procuradoria de Controle de Constitucionalidade do Ministério Público Estadual, para fins de ajuizamento da respectiva **Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 505/2000**, perante o E. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

Considerando a constatação por meio do presente Inquérito Civil Público, de que o COMPROMISSÁRIO veio a outorgar de forma inconstitucional, sem qualquer procedimento licitatório prévio, 08 (OITO) concessões exploração do serviço público de transporte de passageiros em veículo TAXI;

Resolvem pactuar o presente Termo de Compromisso, com embasamento no § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, nos seguintes moldes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O COMPROMISSÁRIO, por meio de seu representante legal, reconhece no presente ato os vícios de inconstitucionalidade que maculam a Lei Municipal nº 505/2000, destacados em considerações supra;

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O COMPROMISSÁRIO se obriga a, a partir da presente data, e em consonância com os dispositivos constitucionais acima destacados, vedar a transferência hereditária, onerosa ou mesmo gratuita das permissões de exploração do serviço público de transporte de passageiros em veículo TAXI, no município respectivo;

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O COMPROMISSÁRIO se obriga a, no prazo máximo de 01 (um) mês, encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal de Dona Euzébia, para fins de adequação da Lei Municipal nº 505/2000 às normas constitucionais vigentes, nos seguintes termos:

- a) adequação dos arts. 4º e 6º, de forma que as concessões para exploração do serviço público municipal de transporte de passageiros em veículo de aluguel - TAXI -, somente sejam concedidas após procedimento licitatório prévio, inexistindo direito adquirido em virtude de concessões anteriormente concedidas;
- b) registro expresso na Lei vedando-se as transferências hereditárias, onerosas ou mesmo gratuitas das concessões pelo Poder Público Municipal para fins de exploração do serviço público de transporte de passageiros em veículo TAXI.

TAC - JCP 0153.12.000236-2

2





0062 79 3

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**CLÁUSULA QUARTA** - O COMPROMISSÁRIO se obriga a, no prazo máximo de 12 (DOZE) meses, iniciar e concluir procedimento licitatório para outorga de concessões (atualmente, em número de oito) para a exploração do serviço público de transporte de passageiros em veículos TAXI -, nos pontos existentes no município de Dona Euzébia, atendendo-se às Constituições Federal e Estadual, bem como à Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Deverá o COMPROMISSÁRIO apresentar ao COMPROMITENTE, no prazo de 30 dias, cronograma completo do procedimento licitatório a se realizar, e, no prazo de 60 dias, cópia do respectivo Edital de Licitação.

Parágrafo Segundo - Obriga-se o COMPROMISSÁRIO, concluído o procedimento licitatório previsto no "caput" da presente cláusula, promover na data de 31 de janeiro de 2014 a revogação das concessões dos serviços de TAXI anteriormente outorgadas, possibilitando a entrada em atividade, na data imediatamente posterior (1º/02/2014), dos novos concessionários selecionados.

**CLÁUSULA QUINTA** - O COMPROMISSÁRIO se obriga a, no prazo máximo de 02 (dois) meses, comunicar formalmente a todos os atuais permissionários da prestação do serviço público de transporte de passageiros em veículo TAXI, de que as respectivas concessões atualmente em vigor restarão revogadas a partir de **31 de janeiro de 2014**, quando iniciarão suas atividades os vencedores do processo licitatório referido em cláusula anterior.

**CLÁUSULA SEXTA** - O COMPROMISSÁRIO se obriga a fazer inserir em Decreto Municipal regulamentador da Lei Municipal nº 505/2000, a necessidade de que, a partir de 1º de fevereiro de 2014, os veículos utilizados pelos concessionários para prestação do serviço público municipal de transporte de passageiros em veículo de aluguel - TAXI, tenham cor e plotagem únicas, definidos pelo Poder Executivo local, bem como número de identificação do veículo e do ponto, possibilitando destarte uma melhor fiscalização por usuários e órgãos públicos quanto aos serviços prestados.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente Termo de Compromisso, implicará na imposição de multa diária ao representante legal do COMPROMISSÁRIO no importe de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo a referida penalidade corrigida pelo IGP-M/FGV e, na sua falta, pelo INPC, independente de interposição judicial ou extrajudicial, e revertida em favor do FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MG - FUNEMP, Banco do Brasil S/A - 001, Agência 1615-2, Conta Corrente nº 6167-0, sem prejuízo da adoção das demais medidas judiciais cabíveis.

**CLÁUSULA OITAVA** - Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle e fiscalização por parte de qualquer órgão incumbido de zelar pela correção no trato da coisa pública.

**CLÁUSULA NONA** - Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 585, inciso VII, do Código de

TAC - ICP 0153.12.000236-2

75  
ep  
D  
0063

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

processo Civil, sendo certo que o não cumprimento do ora pactuado, ou seu atraso, implicará em execução da cláusula penal estabelecida e das obrigações de fazer desrespeitadas, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o COMPROMISSÁRIO e seu representante legal constituídos em mora com o simples descumprimento das obrigações nos prazos fixados.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Após lavrado e assinado pelas partes o presente Termo, o Inquérito Civil Público Indicado permanecerá suspenso até o efetivo cumprimento do acordado, ou a comprovação de seu descumprimento.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Compromisso o promotor de Justiça Dr. Rodrigo Ferreira de Barros, o Prefeito, Sr. Itamar Ribeiro Toledo, acompanhado pelo Assessor Jurídico do Município, Dr. Ricardo Oliveira Zanela.

Cataguases, 17 de janeiro de 2013.

COMPROMITENTE: \_\_\_\_\_

COMPROMISSÁRIO/REP. LEGAL: \_\_\_\_\_

ASSESSOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

TESTEMUNHA: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

TESTEMUNHA: \_\_\_\_\_

Nome: PEDRO DE CASTRO RAMOS

CPF: 099.653.637-06